



00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAÍBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

Ao Prefeito do Município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro.

CONTRANSIN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, Sociedade Empresária Limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.390.052/0001-11, com sede na cidade de Três Corações, estado de Minas Gerais, na Ailton Paranaíba Vilela, n.º 1555, bairro Chácara General Banda, CEP 37.414-000, vem, perante Vossa Excelência, na forma de seus atos constitutivos, apresentar **Recurso** contra a sua decisão de desclassificação, informando o envio de representação ao TCE do estado de RJ e ao MPRJ para avaliação da conduta desta municipalidade:

I – SÍNTESE FÁTICA E DO **FLAGRANTE** DIRECIONAMENTO:

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO iniciou o Pregão Eletrônico de n.º 90.109/2025, cujo objetivo é a *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OPERACIONALIZAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO, instalado e em operação no município de Nova Friburgo. O Sistema Semafórico consiste em Controladores Semafóricos, Porta Focos Ciclo Visual, Comunicação dos controladores e Fornecimento de Central Semafórica compatível com os controladores instalados no município de Nova Friburgo. A operacionalização, programação e manutenção deve ser realizada por técnico capacitado para desempenhar os serviços em laboratório, de forma remota e “in-loco”, para o Trânsito da SEMU – Secretaria Municipal de Mobilidade e Ordem Urbana, pelo período de 01 (um) ano”*.

O valor total da contratação foi de R\$ 1.311.240,00 (um milhão e trezentos e onze mil e duzentos e quarenta reais).

O Edital, no que se refere à capacidade técnica, possui a seguinte disposição:

18.2.4- Deverá ser apresentado ao menos 1 (um) atestado de qualificação técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, que comprove que a licitante tenha fornecido satisfatoriamente, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto compatível desta licitação, experiência na manutenção dos equipamentos e marcas que compõem o parque semafórico do município.



00.390.052/0001-11  
 CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
 AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
 CHÁCARA GENERAL BANDA  
 CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

Ao mesmo tempo, o Edital previu corretamente as marcas operadas no município como norte de contratação, conforme se verifica do Anexo I editalício no item “Requisitos da Contratação”:

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada para instalação, operacionalização, programação e manutenção de Sistema Semafórico, instalado e em operação no município de Nova Friburgo – RJ.

4.2. Os serviços e sistema semafórico compreende:

- Controladores Semafóricos: Os controladores instalados nos cruzamentos de Nova Friburgo, à serem operacionalizados, programados e feita a manutenção, são das marcas **Digicon e SDM;**
- Central Semafórica: Deverão ser fornecidas, operacionalizadas e realizada a manutenção, de centrais Semafóricas compatíveis com os controladores instalados no parque semafórico da cidade de Nova Friburgo, das marcas **Digicon e SDM;**

Além de ter sido claro que os serviços não se referiam ao fornecimento de peças, uma vez que estas operações seriam feitas diretamente com os fabricantes, conforme também o Apêndice do Anexo I:

Destaca-se que, conforme constatado, a prática de mercado adotada por grande parte das empresas especializadas separa a prestação dos serviços do fornecimento de peças e componentes. Essa separação ocorre, principalmente, pelo fato de que os equipamentos que compõem o parque semafórico possuem características técnicas e fabricantes específicos (como Digicon e SDM), cujos itens de reposição são comercializados diretamente pelos fabricantes ou por seus distribuidores autorizados, e nem sempre pelas empresas que realizam exclusivamente a manutenção.

À primeira vista, os textos acima parecem coerentes e viáveis a nível competitivo, impressão que cai por terra diante do comportamento do pregoeiro responsável pela licitação, que foi completamente contrário ao o que o próprio Edital determinava.

Certamente não prevendo a vitória da recorrente, o pregoeiro começou a criar dificuldades na fase de capacitação técnica.

Ao enviar os documentos para demonstrar sua capacidade técnica, a recorrente se deparou com a seguinte intimação:





00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

### Diligência – Comprovação de Capacidade Técnica

Em análise aos documentos apresentados pela empresa inicialmente classificada, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.109/2025, verificou-se que **não foi encaminhada comprovação de capacidade técnica** que demonstre **experiência prévia em operação de controladores semafóricos da marca SDM e em semáforos do tipo gradual**, equipamentos que integram o parque semafórico do Município de Nova Friburgo.

Ressalta-se, ainda, que **na proposta comercial apresentada a licitante faz menção apenas aos controladores de sua própria marca e à marca Digicon**, sem incluir todas as marcas e tipos de equipamentos atualmente em uso pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo, conforme disposto no Termo de Referência.

Ora, apesar de serem equipamentos de grande importância, não existem especializações e dificuldades entre os controladores semafóricos de uma marca para outra em termos de manutenção. Se assim fosse, o caso seria de dispensa ou inexigibilidade de licitação, porque tão somente assistências técnicas autorizadas poderiam ser convocadas a prestarem determinados serviços.

Diante dessa exigência, a recorrente enviou documento questionando o pregoeiro, com o seguinte teor:



00.390.052/0001-11  
 CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
 AV. AILTON PARANAÍBA VILELA, 1555  
 CHÁCARA GENERAL BANDA  
 CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

4. Todavia, o item 18.2.4, ao determinar que o atestado deve comprovar que a licitante tenha fornecido no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto compatível desta licitação, experiência na manutenção dos equipamentos e marcas que compõem o parque semafórico do município, NÃO ESPECIFICA QUE O ATESTADO DEVE ABRANGER TODAS AS MARCAS operadas no município, de modo a exigir um atestado para a marca Digicon e outro para a marca SDM.

5. Desse modo, resta absolutamente claro que a peticionária CUMPRIU com o item 18.2.4 ao apresentar atestado comprobatório de que tenha fornecido no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto compatível desta licitação, experiência na manutenção dos equipamentos da marca DIGICON, já que a marca Digicon é uma marca que compõem o parque semafórico do município.

6. O item 18.2.4 não imputa aos licitantes a obrigação de apresentar atestado de TODAS as marcas do parque semafórico da localidade, mas sim que o atestado tenha PERTINÊNCIA com as marcas aí operadas.

7. Até porque, com exceção da qualidade da produção e de recursos específicos raros, a funcionalidade e manutenção dos equipamentos semafóricos de marcas diversas não destoa a ponto de tornar incapacitado aquele não tenha laborado com as marcas específicas determinadas no Edital.

8. Essa exigência é, inclusive, ILEGAL, já que demonstra o DIRECIONAMENTO da competição pública por meio da exigência de marcas determinadas.

9. De fato, o TCU<sup>1</sup>, ao tratar do tema, é IMPERATIVO o asseverar que "a qualificação técnico-profissional trata da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame. O licitante deve indicar profissional (registrado no conselho profissional competente, quando for o caso) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que será o responsável técnico caso o licitante seja contratado"<sup>2</sup>.

Sem ter como questionar esses argumentos, o pregoeiro foi obrigado a "engolir" a continuidade da recorrente no certame, convocando-a a apresentar as provas-conceito.

Todavia, a intimação para apresentação da prova conceito foi simplesmente absurda, já que a recorrente foi convocada *"para a prova de conceito no dia 31/10/2025, às 9h30min, na sede da Secretaria Municipal de Mobilidade e Urbanismo, localizada no endereço Rua Vicente Sobrinho nº 80, Olaria, Nova Friburgo, para apresentação conforme objeto descrito no Edital e Termo de Referência – Anexo I. Para a execução da prova de conceito, a empresa será responsável por todos os materiais e equipamentos necessários"*.

Mas a empresa recorrente recebeu essa intimação no dia 30/10/2025, ou seja, MENOS DE 24 HORAS ANTES DO EVENTO.

Mais uma vez a recorrente enviou petição ao pregoeiro alegando impossibilidade de cumprir o exíguo e irrazoável prazo, com os seguintes dizeres:





00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

2. Ora, **o prazo é completamente exíguo, impossível de ser cumprido, além de totalmente irrazoável.**

3. De fato, o edital possui em seu subitem 18.2.4 a determinação de que *“após o certame, será marcado no prazo de 05 dias úteis a prova de conceito, onde será solicitado ao ganhador para realizar demonstração de experiência em programação e manutenção dos controladores e semáforos que compõem o parque semaforístico do município, também será solicitado a apresentação de funcionamento dos equipamentos em central semaforística.”*

4. Mas o certame não termina com a realização do Pregão e Confecção de sua Ata. Na verdade, certame, que é um sinônimo de licitação, termina com a adjudicação seguida pela homologação, que antecede à assinatura do contrato administrativo, momento no qual as provas e as amostras já deveriam ter sido realizadas.

5. Portanto, há uma impropriedade no subitem 18.2.4. Porém, uma coisa é certa: Pela *mens legis* do dispositivo, o que a Administração quis foi conceder foi o prazo efetivo de 05 dias para apresentação das amostras e da realização da prova conceito por aquele licitante que foi declarado vencedor.

6. Assim sendo, não faz sentido esta comissão intimar a peticionária a apresentar amostras e materiais para prova conceito com menos de 24 horas antes da realização da diligência, **porque esta intimação é a mesma que declara a peticionária vencedora.** Não houve uma declaração específica anterior por esta Administração, pelo que a intimação a apresentar amostras e realização da prova conceitual é uma declaração implícita de vitória, já que somente o vencedor passaria para essa fase

7. Ainda é necessário levar em consideração que no sistema está claro que esta Administração suspendeu a competição no dia 17/10/2025, com a promessa de comunicação de seu retorno com 24 horas de antecedência. O processo retornou e a comunicação não ocorreu. Deve-se lembrar que o ordenamento pátrio tem como princípio a proibição da surpresa.

8. Sobre o prazo em si, o TCU tem firme entendimento de que prazos de 48 horas e de 72 horas são exíguos para apresentação de amostras e materiais de prova conceito, quanto mais um prazo efetivo de menos de 24 horas:

(...)



00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

E novamente a questão era tão extrema que o pregoeiro não teve alternativa, mais uma vez engolindo a empresa recorrente.

Mas, a fase de prova de conceito é um momento muito mais discricionário por parte da Administração Pública, se perfazendo no cenário ideal para que o pregoeiro pudesse finalmente se livrar da recorrente e contratar com quem era de sua real intenção.

E não é prematuro dizer que a empresa recorrente foi desclassificada, conforme será mais bem explicado no tópico seguinte.

## II – DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE:

A desclassificação da empresa recorrente foi justificada pelos argumentos que serão enfrentados de maneira individualizada.

### II.1 – NÃO APRESENTAÇÃO DE MANUAIS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS, ESPECIALMENTE SDM, ALÉM DE CARTA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:

Aqui o pregoeiro se utilizou do momento de maior discricionariedade para retomar a questão das marcas dos controladores semafóricos.

Eis seus argumentos:

Não foram apresentados os manuais e especificações técnicas de todos os equipamentos exigidos, especialmente dos controladores SDM, descumprindo o Termo de Referência. Também não foi entregue a carta de garantia dos equipamentos.

Mas o Edital, em contrapartida, não faz exigência específica da marca SDM, sendo que seus preceitos são os seguintes:



00.390.052/0001-11  
 CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
 AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
 CHÁCARA GENERAL BANDA  
 CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	Unidade	Notebook contendo o Software Integrado de Gestão da Mobilidade Urbana bem como todos os periféricos necessários para comunicação e operação.

- A empresa melhor colocada deverá também, apresentar no momento da avaliação da amostra as documentações técnicas, manuais e carta de garantia já mencionadas, para que os gestores de contrato possam verificar a sua compatibilidade com as exigências descritas no Termo de Referência e seus anexos, sob pena de desclassificação em caso de não atendimento:

Com relação à carta garantia, o pregoeiro faltou com a verdade, pois o documento foi entregue em mãos ao servidor SAMUEL, responsável pela aferição da prova de conceito, além de ser sido via email para o endereço [juridico.smomu@gmail.com](mailto:juridico.smomu@gmail.com) por solicitação dele próprio, conforme print abaixo:

☆ → ENC: Relatórios Nova Friburgo - Pregão 90.109/2025

Luiz Eduardo <luizeduardo@contransin.com.br>

Para: juridico.smomu@gmail.com

05/11/2025 | 14:57

[Ver menos detalhes](#)

# waze\_rep... .xlsx 1.6 MB    # waze\_rep... .xlsx 1.6 MB    # WazeHist... .xlsx 1.7 MB    # waze\_r... .xlsx 228.4 KB    # mensa.pdf .pdf 725.5 KB  
 # Lista de... .xlsx 12.4 KB    # Lista de... .pdf 120.3 KB    # digico.pdf .pdf 235.4 KB    # waze\_r... .xlsx 474.0 KB    # waze\_r... .xlsx 187.1 KB  
 # relatorio... .xlsx 635.1 KB    # relatorio... .xlsx 296.9 KB    # waze\_r... .xlsx 678.5 KB    # WazeArea... .xlsx 5.9 KB    # waze\_r... .xlsx 187.0 KB  
 # waze\_r... .xlsx 187.0 KB    # waze\_r... .xlsx 591.5 KB    # waze\_r... .xlsx 205.0 KB    # waze\_r... .xlsx 145.2 KB    # waze\_rep... .xlsx 1.6 MB  
 # documenta... .pdf 4.6 MB  
[Baixar todos 21 anexos](#)

Prezados, boa tarde!

Conforme solicitado, encaminho em anexo relatórios emitidos por consequência do roteiro de prova de conceito, além das

## II.2 – NÃO ATENDIMENTO QUANTO À FUNCIONALIDADE DO SOFTWARE E OUTROS QUESTIONAMENTOS CORRELATOS:

Aqui é o momento em que o direcionamento ficou mais evidentes, já que o requerimento do pregoeiro era de que o programa fornecido pela recorrente tivesse seu *layout* à imagem e semelhança do *software* do próprio concorrente. De acordo com sua justificativa:





00.390.052/0001-11  
 CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
 AV. AILTON PARANAÍBA VILELA, 1555  
 CHÁCARA GENERAL BANDA  
 CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

Quanto a funcionalidades do Software, atendeu parcialmente, coleta e análise de até 5 anos de dados de alguns indicadores (acidentes, buracos). Geração de relatórios e mapas de calor. Monitoramento da central semafórica Digicon, com status e análise de tempo online/offline. Análise de congestionamentos e correlação com eventos semafóricos.

Não atendendo, quanto a análise de 5 anos de histórico do indicador alagamento, sob justificativa inadequada. Funcionalidades de criação de regras de tráfego, criação de rotas específicas, edição de POIs, que só eram possíveis via Waze, não pelo software próprio. Diversas funcionalidades de monitoramento semafórico, especialmente quanto aos equipamentos SDM, sem integração nativa.

Ora, se assim fosse, o município deveria então partir para as possibilidades de dispensa ou inexigibilidade de licitação, já que esse tipo de apresentação do programa faz parte da própria propriedade intelectual de cada um de seus autores, **E NÃO PODE SER COPIADA.**

O que o pregoeiro deveria analisar era as funções de cada um dos programas, já que *software* para **TODOS OS FORNECEDORES** é um agregador, aglutinador e compilador de informações oriundas de APP's.

Essas informações são sensíveis de tratamento e autorização prévia das API's, nas quais algumas alterações só são possíveis em plataforma específica para gestores públicos, já que são eles que imprimem legitimidade as alterações.

Assim sendo, o *software* fornecido pela recorrente possui atalhes e endereços próprios, assim como o programa do concorrente também possui.

O que o pregoeiro demandou seria o equivalente a *hackear* o *software* de empresa concorrente, o que a recorrente jamais faria.

### II.3 – AUSÊNCIA DE INTEGRAÇÃO COM EQUIPAMENTOS DA MARCA SDM E DE SOFTWARE PRÓPRIO À SUA PROGRAMAÇÃO:

Mais um argumento que demonstra o direcionamento ou até mesmo justificaria casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Segundo o município:





00.390.052/0001-11  
 CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
 AV. AILTON PARANAIBA VILELA, 1555  
 CHÁCARA GENERAL BANDA  
 CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

Quanto a Integração com Equipamentos Semafóricos, Integração funcional somente com controladores da marca própria (Digicon). Ausência de domínio técnico sobre os controladores SDM, amplamente utilizados no município. Falta de comprovação de contatos ou diligências para obter o software necessário à programação dos equipamentos SDM.

Primeiramente, o Edital em nenhum momento nenhum apresenta informação clara de que os licitantes deveriam apresentar *software* de programação. Porém, a própria recorrente em nenhum momento se negou a promover as diligências determinadas.

Tanto é, que requereu ao próprio pregoeiro o fornecimento da placa de comunicação e o *software* de programação dos produtos SDM. Mas o pregoeiro se negou a fornecê-los, sob a alegação que não os tinha, mesmo alegando com toda as letras que os produtos da SDM são "*amplamente utilizados no município*".

Com a negativa municipal, a recorrente tentou entrar em contato com a empresa SDM, mas não obteve resposta.

Nesse cenário, a pergunta que não quer calar é: Como os equipamentos foram configurados, programados e mantidos até então?

## II.4 – CONCLUSÃO DO PREGOEIRO:

Com base nesses pontos, NOVA FRIBURGO assim concluiu:

Com base na avaliação, verificou-se diversos itens não atendem. Constatou-se insuficiente demonstração de capacidade técnica para operar e manter todo o parque semafórico municipal. Com base no Anexo IV do Termo de Referência, a empresa foi desclassificada na Prova de Conceito. Determinou-se a convocação da próxima licitante na ordem de classificação.

Ora, o que tem lá de tão especial – além da intenção de contratar com pessoa específica, que faz que uma empresa que possui atestados acervados pelo CREA de mais de 200 cruzamentos semafóricos e possui mais de 40 contratos de manutenção semafórica ativos simultaneamente distribuídos pelo território nacional seja insuficiente para NOVA FRIBURGO?

## III – DA MATERIALIZAÇÃO DO DIRECIONAMENTO:

Está muito claro que a intenção é limar do procedimento todas as empresas que não são aquela específica com quem quer contratar, pois, apesar da regularidade editalícia,



00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAÍBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

os pleitos realizados pelo recorrente no decorrer do procedimento são absolutamente ilegais e destinados a obter um único licitante que possa anteder totalmente seus desejos ilegais.

Anote-se como maior evidência as exigências de *layouts* de sistemas operacionais, que fazem parte do acervo intelectual de seu respectivo autor e, por consequência, protegido legalmente.

Ora, qual é o motivo para se requerer que sistemas de autores diferentes tenham a mesma apresentação visual e a mesma forma de acionamento de funcionalidades que ambos possuem?

Tendo em vista a amplitude das exigências realizadas em momento discricionário da licitação, está clara a **RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**, o que é expressamente vedado pela Lei 14.133/2021:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

**a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;**

Relembrado que, além de o princípio da isonomia estar contido no dispositivo acima transcrito, também é revelado pelo próprio texto constitucional, quando trata da Administração Pública e do princípio da impessoalidade:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, **impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

A ilegalidade é evidente, bem como o prejuízo ao interesse público e a mácula aos princípios licitatórios.

#### IV– DAS URGENTES PROVIDÊNCIAS:





00.390.052/0001-11  
CONTRANSIN IND. E COMÉRCIO LTDA  
AV. AILTON PARANAÍBA VILELA, 1555  
CHÁCARA GENERAL BANDA  
CEP-37414-000 TRÊS CORAÇÕES-MG

Apesar de direcionado, o processo licitatório praticado pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO está seguindo a lógica jurídica de forma meramente aparente para evitar responsabilidades.

Conforme se verifica do processo, ato contínuo à desclassificação da recorrente, o pregoeiro já convocou o segundo colocado, tornando imperativa a suspensão do procedimento para evitar consumação da ilegalidade.

A intervenção desta Corte de Contas é, portanto, necessária e emergencial.

#### IV – DOS PEDIDOS:

Diante o exposto, a recorrente requer a **IMEDIATA SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**, como forma de preservação de direitos, até que seja completamente julgado o presente recurso.

Ao final, requer, seja anulado o procedimento até o momento da desclassificação da empresa recorrente, com refazimento da prova conceito através de critérios objetivos, necessários e que não contenham salpicos de direcionamento, como até agora ocorreu.

Termos em que,

Pede deferimento.

Três Corações-MG , 15 de dezembro de 2025.

---

#### Contransin Indústria e Comércio Ltda

Amanda Sonja da Silva Teodoro  
Representante Legal/  
Assistente de Vendas Pleno  
CPF 083.235.476-70  
RG MG-15.234.571

[amanda@farolsinalizacao.com.br](mailto:amanda@farolsinalizacao.com.br)